

PROPOSTA DE CHAPA PARA DIRETORIA ABA 2023-2024

Corpos, Territórios e Meio Ambiente: a antropologia em defesa dos direitos, da pluralidade e da vida

Em 2023 a ABA completará 70 anos de existência. Embora oficialmente fundada em 1955, o primeiro encontro para debater e propor a criação de uma associação científica para antropólogos/as/es ocorreu no Museu Nacional, em 1953. A história da associação contém importantes inflexões em sintonia com as exigências de seu tempo. Chegamos a mais de 2.300 associados/as/es em 2022. Conjugamos sempre a prática científica com o debate qualificado em defesa dos direitos étnicos, culturais e sociais no país, e participamos de modo fundamental no reconhecimento de direitos consignados na Constituição Federal de 1988. A produção antropológica de seus associado/a/es tem destacado a grande diversidade de modos de vida que conformam a pluralidade da sociedade nacional e a ABA vem atuando como um importante agente em diferentes esferas de ação (jurídica, política, institucional). Tal atuação reitera a defesa dos direitos assegurados e reconhecidos a diversos segmentos étnicos e raciais, culturais e de gênero, bem como busca fortalecer suas re-existências frente a ameaças, risco de morte e violações a que têm sido sujeitados.

Na conjuntura atual, o reconhecimento de direitos específicos e diferenciados por parte do Estado sofreu um retrocesso sem precedentes. A violência contra o meio ambiente, os corpos e os territórios em contextos urbanos e rurais têm alcançado índices cada vez mais alarmantes. O avanço do desmatamento na Amazônia, o abandono dos povos indígenas, quilombolas e tradicionais, o assassinato desses e de pessoas negras, mulheres, transgêneros, indigenistas e defensores de direitos humanos, além do descaso com a ciência, as universidades públicas e a fragilização dos instrumentos de participação social, são exemplos que evidenciam uma crise profunda de nossa sociedade. A reconstrução das instituições, do marco legal, da democracia e das políticas públicas em modos humanitários, democráticos e justos exigirá esforços sistemáticos de várias instituições da sociedade civil, incluindo as associações científicas como a Associação Brasileira de Antropologia.

Esta chapa abraça esse desafio e convoca seus associado/a/es a participarem ativamente na defesa incondicional da vida, de corporalidades e territorialidades específicas, pulsantes e plurais que demandam o efetivo reconhecimento de diferentes formas de ser, estar e devir no mundo contemporâneo.

PROPOSTA

1. Juntar-se à luta pela recomposição do Estado brasileiro, plural, justo e democrático diante do quadro de desmonte generalizado das instituições, no campo de nossa expertise;
2. Apoiar e incentivar os comitês de trabalho e as comissões da ABA e seus integrantes em todas as frentes de atuação, inclusive alargando as formas de comunicação e interação entre eles;
3. Ampliar e inovar as estratégias de comunicação e divulgação técnico-científicas das ações da ABA nas mídias e redes sociais, de modo a intensificar a interação com o conjunto de associado/a/es e com a sociedade mais ampla, promovendo o diálogo intercultural e as articulações de redes de conhecimento, acadêmicos e não acadêmicos. Isso inclui instituições da sociedade civil comprometidas com o combate às desigualdades e violências (a povos indígenas, quilombolas e tradicionais, população negra, mulheres, grupos LGBTQAI+, pessoas com deficiência e corpos atípicos, refugiados, imigrantes);

4. Acompanhar, por meio da ação dos comitês de trabalho e comissões junto às instituições do Legislativo, do Executivo e do Judiciário, as mudanças que incidam sobre os direitos dos povos indígenas, quilombolas e tradicionais e o meio ambiente, assim como sobre as políticas de igualdade racial, de gênero e para pessoas com deficiência, além de fomentar a apropriação do conhecimento antropológico por profissionais do direito e outros agentes da gestão pública (cursos, seminários, webinários etc.);
5. Promover a diversidade e ampliar a representatividade rumo à pluralização dos corpos que ocupam os lugares da ABA, incluindo a construção de formas de inserção de antropólogos/as/es graduandos/as/es e pós-graduandos/as/es e dos novos cursos de antropologia nas atividades promovidas pela ABA;
6. Reforçar o papel das diretorias regionais na abordagem das situações e questões relevantes para os contextos locais onde incidem, proporcionando espaços para consolidar a visibilidade da atuação da ABA e a interação em rede entre associado/a/es em âmbito regional/local e nacional;
7. Apoiar o debate e as ações visando a proteger a atuação profissional do/a/e antropólogo/a/e em contextos de violência, conflitos socioambientais e disputas territoriais, com atenção para aspectos metodológicos e éticos de seu trabalho (inclusive nos laudos e peças técnicas do licenciamento ambiental) e suas consequências para os direitos dos grupos envolvidos;
8. Promover a troca de informações, a criação de ambientes multidisciplinares e o compartilhamento de ações com outros profissionais (como biólogos, geógrafos, geólogos, topógrafos, arqueólogos e juristas), além de integrantes de instituições públicas como FUNAI, INCRA, ICMBio e outros, especialmente no contexto de elaboração de laudos antropológicos e de peças técnicas do licenciamento ambiental;
9. Dar continuidade à luta pela valorização das ciências humanas no país (na universidade e na educação escolar básica e fundamental) e por políticas de financiamento do ensino e da pesquisa na área das humanidades, em articulação com as demais associações científicas, no momento em que estas ciências e instituições de fomento são alvo de uma política de desmonte;
10. Valorizar e dar visibilidade à produção de antropólogos/as/es negres, indígenas e de povos tradicionais, assim como ampliar o intercâmbio com a produção antropológica emergente na América Latina e na África, notadamente aquela que reflete as perspectivas críticas em termos da geopolítica da produção do conhecimento, de grupos sociais cujos saberes foram historicamente desvalorizados.

Chapa

Presidente: Andréa Zhouri (UFMG)

Vice-Presidente: Sônia Magalhães (UFPA)

Secretaria Geral: Deborah Bronz (UFF)

Secretaria Adjunta: Alexandra Barbosa (UFPB)

Tesouraria: Guilherme Sá (UNB)

Tesouraria Adjunta: Gilson Rodrigues Junior (IFRN)

Diretoria Norte: Flávia Melo da Cunha (UFAM)

Diretoria Nordeste: Osmundo Pinho (UFRB)

Diretoria Centro-Oeste: Tônico Benites (Ará-Verá/MS)

Diretoria Sul-Sudeste: Denise Jardim (UFRGS)